



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000004/2026

APROVADO
Em: 05/01/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhores Vereadores.

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, que se oficie à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, solicitando que sejam prestadas informações e documentos referentes ao Projeto Pedagógico e ao Projeto Político Pedagógico de todas as escolas municipais referentes ao ano de 2026.

Recebemos incontáveis denúncias de atuação político ideológica por parte dos gestores de unidades escolares no Município que geram grande preocupação, especialmente considerando os resultados obtidos por nossos alunos nos últimos testes de alfabetização e os cortes na pasta feitos na última Lei Orçamentária Anual.

Para isso e para que nossa prerrogativa fiscalizatória seja mais efetiva, solicitamos o encaminhamento dos documentos fisicamente e digitalmente, sem que os responsáveis pelo atendimento da demanda se limitem à mera indicação de links onde os documentos podem, ou não, ser encontrados.

JUSTIFICAÇÃO

Assim estabelece a nossa Lei Orgânica Municipal:

Art. 28- A No exercício de seu mandato, o Vereador terá livre acesso às repartições públicas municipais e a áreas sob jurisdição municipal onde se registre conflito ou o interesse público esteja ameaçado.

Parágrafo único. O Vereador poderá diligenciar, inclusive com acesso a documentos, junto a órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, devendo ser atendido pelos respectivos responsáveis, na forma da lei.

O Poder Executivo Municipal não pode se furtar a franquear acesso as informações e documentos pretendidos, pois a Lei de Acesso a Informações é bastante clara e direta, conforme exegese do seu art. 7º, que dispõe de forma expressa.

Noutro giro, não há como se esconder por de trás da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, pois o conteúdo do pedido de informações não versa sobre dados pessoais ou sensíveis que demandem proteção.

Importante registrar que a sonegação de informações, dados ou elementos é vedada e pode caracterizar improbidade administrativa na forma estabelecida pela lei ordinária nº12.527/2011



que é expressa:

Art. 32. *Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:*

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

...

§2º. *Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.*

Sob a égide criminal, o Decreto Lei nº201/1967 também estabelece que:

Art. 1º. *São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:*

...

XIV - *Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;*

XV - *Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.*

Assim, por todo o exposto, tendo em vista a robusta legislação apresentada, não há sentido que o parlamento compactue com qualquer desrespeito a sua autoridade enquanto órgão de fiscalização do Poder Executivo, razão pela qual conto com o apoio deste Plenário, na certeza de sua importância para o Município.

Outrossim, em sendo observada tentativa de obstruir acesso a informação pretendida, servirá este expediente de elemento para levar os fatos ao conhecimento do Ministério Público Estadual.

Palácio Barbosa Lima, 26 de dezembro de 2025.

Roberta Lopes Alves
Vereadora Roberta Lopes - PL

